

Chamar agora, André Queiroz, que é professor do Colégio Estadual Stella Matutina.

O SR. ANDRÉ QUEIROZ MACIEL - Boa-tarde a todos, queria agradecer o convite da deputada Dani Monteiro para participar aqui da reunião da comissão. Sou professor do Colégio Estadual Stella Matutina, que fica no Tanque, em Jacarepaguá. Dou aula na rede estadual há 21 anos, e a gente vê vários problemas que foram falados aqui, como o Riocard; violência. Uma coisa que não foi citada também que hoje em dia, alunos que são de região de uma fiação não podem estudar em outra. A violência, por exemplo, este ano; a gente teve muito problema de violência na região de Praça Seca e Tanque, isso atrapalhou muito o desenvolvimento da escola. E como foi falado também aqui, anteriormente; vejo na educação políticas de governo, não vejo políticas de estado.

Então, um secretário entra, fica o período que tem que ficar e faz a política que ele define. Não sei se isso é a Alerj que tem que resolver, criar leis para gerir a educação. Como tem que ser feito? - não sei. Realmente não sei. Mas o que acontece é que a gente tem só política de governo, não política de estado.

O Colégio Estadual Stella Matutina funciona em um espaço alugado há 16 anos; não temos condições, nossas condições são péssimas. Há uma promessa há 10 anos de se construir uma nova escola. Isso só é renovado, essas promessas não são efetivadas. Tiveram duas vezes, duas publicações em diário oficial, de orçamento, para a construção da escola, e continua sem a construção. Não temos nenhuma resposta do secretário em relação a essa questão. E a questão escola sem estrutura; escola não tem uma quadra - várias escolas não têm quadra, várias escolas não tem pátio. Tem várias escolas sem professor, porque como é que vai manter um aluno na escola? Como foi falado a questão da atratividade da escola. Não tem professor, falta professor, o aluno vai a escola para ter aula? às vezes tem dias sem aula. Às vezes tem dois ou três dias na semana que não tem aula.

Então, fica difícil para o aluno se manter na escola com todas essas adversidades. E não vejo nenhuma política pública também para tratar da evasão escolar. O que sei é que a direção que teria que ir atrás dos alunos em comunidades para saber o porquê dele não estar frequentando a escola. Acho que isso aí é uma coisa que quem tem que fazer é a secretaria. A escola não tem condição de fazer isso.

Tinha várias outras coisas para falar, mas acho que isso é o principal. Agradeço a oportunidade de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Estarrecedor, André, saber que o estado que fecha escolas concede, alugando por 16 anos, o espaço físico de outra escola.

(Fala fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Uma boa pergunta. Para tentar ajudar a gente a responder, a última fala aqui da nossa audiência é do Caio Vinícios, da entidade dos estudantes da zona oeste - estudantes em luta.

O SR. CAIO VINÍCIOS - Na verdade, tenho algumas perguntas que anotei aqui para o secretário; algumas perguntas só. Mas ele não veio, ele está lá na secretaria, no encontro de grêmios que vai ter, que no caso já está acontecendo - quando acabar a minha fala a gente vai.

Fiz algumas perguntas simples para ele, por exemplo, o ar condicionado, que a três semanas atrás - um mês, mais ou menos - esteve com o secretário e fiz essa pergunta para ele. Perguntei se os ares-condicionados seriam comprados ou alugados. Ele disse que seriam comprados. Queria saber se vai ter uma verba única; exclusiva para a manutenção dos ares-condicionados, porque é desumano a situação que a gente vive em sala de aula. Aqui no Rio de Janeiro é muito quente e a gente vive em uma situação onde é quase insuportável ficar dentro de sala de aula para assistir uma aula. E queria saber para quando são esses ares-condicionados, porque não dá para a gente ficar nessa de vai comprar; vai comprar; vai comprar, e nunca nem vi esses ares condicionados. Nunca chegam.

Queria perguntar também para ele sobre o Riocard, a quantidade de passagens; cinco passagens realmente vão suprir nossas necessidades? - acho que não. Pelo menos as minhas, como jovem aprendiz e estudante, não suprem. Queria saber também por que as empresas não respeitam os estudantes. Saio da escola, a gente junta um monte de estudante no ponto para pegar o ônibus. Ai, vem o motorista e passa direto. Vai juntando; vai juntando; e o outro ônibus passa. Ai, quando um decide parar e mandar todo mundo entrar, fica aquele ônibus lotado, não tem nem lugar para se segurar. Ônibus sem ar condicionado; às vezes, tem ônibus que a porta nem fecha. Pode prejudicar o aluno; ele faz uma curva e o aluno cai do ônibus, como é que fica? Quem vai cuidar disso? Por que eles estão abandonando a gente? Porque me sinto abandonado pela secretaria quando sofro com isso. É humilhante você estar no ponto, fazer sinal para o ônibus; para o motorista, e ele passar direto, como se a gente não fosse ninguém; como se o estudante não fosse ninguém. Sendo que nós somos o futuro do Brasil, e somos hoje considerados como ninguém - isso é humilhante.

Queria saber também sobre a falta do pagamento dos funcionários terceirizados, porque a secretaria está fazendo o repasse para essas empresas terceirizadas e os funcionários não estão recebendo. Por que isso está acontecendo? Na escola, a gente tem que fazer o movimento entre a gente para conseguir alimento para oferecer cesta básica para os funcionários, porque estão meses sem receber. Por que isso? - queria saber do secretário; por que ele não está aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Só iniciou, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Então, encerramos aqui as falas e estamos caminhando para o fim da audiência. Já procedemos aqui também com os encaminhamentos; e, aí, para nós fica, de fato, o vácuo. Uma audiência pública que foi bem boa, bem enriquecedora com diversas falas aqui, mas ficou a vacância do poder público, de fato, vir a responder as questões. Hoje, o secretário de educação Pedro Fernandes, alega que não há mais crise de vagas. Todas as medidas paliativas já foram tomadas e não há mais estudantes fora de sala de aula. Ao passo também que não traz informações concretas, de fato, sobre qual é o quantitativo de jovens fora da sala de aula. E pensar todos os problemas e questões aqui levantadas por todos os componentes da mesa e das falas agora, no final; a gente percebe que o nosso desafio é muito grande. É muito grande não só porque são 20 mil jovens fora da sala de aula, mas é um desafio de concepção de sociedade que a gente está travando aqui. É um desafio que é justamente de valorizar a vida, e não o controle da juventude.

A gente vê políticas públicas que vão caminhando ali para dentro da escola como o Cuidar, que são esses mediadores oficiais reformados. A gente vê essas medidas das construções de escolas militares, inclusive em espaços de escolas públicas regulares, anteriormente ali colocadas. Ou seja, vemos um processo cada vez mais de aumento do controle social e menos de desenvolvimento das habilidades da juventude, que é o necessário para essa fase tão específica da nossa vida.

Então, para encerrar mesmo, que acho que o tempo nosso já está curto; a Tanizza, nossa secretária da comissão, já está do nosso lado aqui contando no relógio. Mas queria agradecer a presença de todos e todas, reafirmar o compromisso dessa Comissão Especial da Juventude com a vida da juventude, com políticas voltadas para a juventude, que valorize a vida, e não que destrua a juventude; e não que controle; e não que extermine e que encarcere. Então, nossos trabalhos vão seguir; o nosso desafio colocado é de traçar um diagnóstico da juventude do estado. E do estado, a gente quer falar estado mesmo, a gente não está falando da capital; a gente não está falando aqui do centro político. A gente está falando do todo, e, por isso, mais um desafio colocado para a nossa comissão é realizar uma audiência pública fora do espaço da Alerj, no território onde a juventude está inserida. A nossa primeira audiência territorial vai ser a da região serrana, como já havia sido colocado aqui anteriormente; será realizada na semana que vem, no dia 10 de maio, no Cafet Petrópolis, e contaremos com jovens ali das cidades do entorno da região serrana; Teresópolis; Petrópolis também; Nova Friburgo; Areal. A ideia mesmo é traçar o diagnóstico, a situação da juventude na região serrana, e vamos seguir com esse trabalho em defesa da vida da juventude.

Não havendo mais nada a tratar, gostaria de agradecer a presença de todas e todos. E está encerrada a 2ª audiência pública da Comissão Especial da Juventude.

COMISSÃO ESPECIAL DA JUVENTUDE (REQUERIMENTO Nº 17/2019)

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dez de maio de dois mil e dezoito, no Auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET, Campus Petrópolis, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 17/2019, sob a presidência da Senhora Deputada DANI MONTEIRO. Abrindo os trabalhos, a Senhora Presidenta explicou o objetivo da Comissão Especial da Juventude que consiste em traçar um diagnóstico para construção de um perfil e um relatório final que possa contribuir na elaboração de novas políticas públicas para a juventude do Estado do Rio de Janeiro. Após um breve preâmbulo, a Senhora Presidenta agradeceu a presença de todos, anunciou a presença do Sr. Thiago França, Assessor da Deputada Zeidan Lula e do Sr. Alexandre Matos, que veio representando a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, convidou para compor a mesa a Sra. Michele Azevedo - representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Professora Carol Quintana - Coordenadora do Sepe Teresópolis; Sra. Diane Licure - representante do Fórum Popular de Cultura; o Ten. Cel. PM. José Ramos da Silva Junior - da Assessoria Parlamentar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; Cel. BM Rafael Simão - representante do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Ricardo de Jesus Andrade Pires - Coordenador de Fiscalização de Transporte de Cargas e Fretamento, DETRO. Em seguida, passou a palavra para Sra. Michele Azevedo, que fez um breve relato sobre a história do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, com um trabalho de vinte e dois anos com jovens do 1º e 2º Distrito de Petrópolis. Narrou as dificuldades enfrentadas por esses jovens em acessar a cultura da própria Cidade, cultura que muitas vezes não representa a realidade da juventude que ocupa as periferias da cidade. A Sra. Michele concluiu sua fala alertando para o preço elevado das passagens e a questão da mobilidade em Petrópolis, a exigência do cartão escolar para garantia do passe livre não permitindo que o jovem estudante circule aos finais de semana e nas férias. A Presidenta Dani Monteiro passou a palavra para Professora Carol Quintana, que deu ênfase a carência de políticas públicas de Cultura para juventude, narrou seu trabalho junto a comunidade LGBTs de Teresópolis e se disse oposição ao cenário de crise na educação que marcará muito essa geração. A Deputada Dani Monteiro passou a palavra a representante do Fórum Popular de Cultura, a Sra. Diane Licure, que sugeriu que a juventude pleiteasse uma cadeira no Conselho Municipal de Cultura para acompanhar a elaboração de políticas públicas na cidade de Petrópolis. Em seguida, passou a palavra para o estudante de arquitetura Lorrán Amaral que discursou.... A Senhora Presidenta anunciou as presenças do Delegado André Loureiro e da Sra. Poliana Costa, representantes da 105 Delegacia de Polícia Civil de Petrópolis, do professor Luri Moura, representante do mandato do Deputado Federal Marcelo Freixo, do João Gabriel e Victor Derai, ambos do Movimento Coletivo Ponto Luz e Ana Lúcia Lacerda, pelo movimento Ruas. O Delegado André se desculpou por não poder ficar na reunião, pois estava no curso de uma investigação policial e deixaria a servidora Poliana Costa representando-o. Prosseguindo, a Senhora Presidenta concedeu o uso da palavra aos demais membros da mesa, que cumprimentaram e parabenizaram a Senhora Presidenta pela iniciativa de realizar a audiência pública, destacando a importância de ouvir os jovens e trabalhar respeitando sempre as diferenças. Concedendo a fala aos movimentos presentes, a Senhora Presidenta passou a palavra para Emily Santos, da Roda de Cultura, e ao Victor, do Movimento Coletivo Ponto de Luz, que traçou um panorama geral do trabalho desenvolvido pelo projeto, que surgiu da necessidade de pensar uma cultura diferente, como uma integração social e não como uma cultura voltada apenas para o consumo. O João Gabriel mencionou sobre a organização da Feira Cultural com o Favela Cria, que faz um trabalho de identificação de artistas moradores de comunidades que ajudam a contar a história vivida nesses ambientes. Com a palavra, Ana Lúcia Lacerda, do Movimento Ruas, alertou para a necessidade da democratização dos espaços públicos e da dificuldade da mobilidade da juventude da periferia. O professor Luri Moura, membro da escola Popular, relatou sobre o sucateamento do EJA, a problemática da evasão escolar, deixou como sugestão a defesa do cumprimento do Decreto 4551 e o ofício ao Detro sobre a questão do monopólio da linha intermunicipal Única Fácil. Com a palavra a Sra. Emily convidou a todos a participarem da Roda de Cultura de Petrópolis que ocorre toda quinta-feira, às 19h, alertando para o fato que a Roda de Cultura salva vidas, tirando os jovens da marginalidade. Após amplo debate, a Senhora Presidenta abriu o uso da fala para alguns representantes de movimentos jovens, como Douglas, da Capoeira Raiz Universal, Cristiane Nogueira, da Nação Hip Hop, Breno Sanches, Jovem do PSL de Petrópolis, Sr. Marcelo Moraes - Durango Kid, que discursaram no sentido da elaboração de políticas voltadas para juventude, bem com a solicitação de mais audiência nos demais municípios da Região Serrana, para que fosse melhor debatida a questão ao acesso a mobilidade no transporte público. Em seguida, a Sra. Deputada Dani Monteiro informou que a Comissão oficiará o Secretário Estadual de Transporte, sobre a atual situação do procedimento licitatório das linhas de ônibus intermunicipais que abrangem a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em especial o Município de Petrópolis. Após, nada mais havendo a tratar e não tendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidenta suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que fosse elaborada a Ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, do que, para constar, eu, Vera Lucia de Fraga Cavalcanti, matrícula nº 201.594-9, Secretária, lavrei a presente Ata que vai subscrita por mim e pela Senhora Presidenta. Auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 10 de maio de 2019. (a) Vera Lucia de Fraga Cavalcanti - Secretária; (a) Deputada DANI MONTEIRO - PSOL - Presidenta.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR OS CASOS DOS INUMEROS INCÊNDIOS QUE TÊM OCORRIDO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (RESOLUÇÃO Nº 198/2019)

ATA DA 1ª VISTORIA

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às 10 horas, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 198/2019, sob a Presidência do Senhor Deputado ALEXANDRE KNOPLUCH, com a presença dos Senhores(as) Deputados(as) RODRIGO AMORIM, JORGE FELIPPE NETO membros efetivos, para realização da primeira reunião de vistoria desta CPI. A primeira vistoria do dia, foi realizada no Restaurante Faro Beach Club, situado na Avenida Niemeyer, 101, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, 22451-265. Ao chegarem ao local acompanhados do Corpo de Bombeiros, Diversões Públicas e da Diretoria Geral de Serviços Técnicos do CBMERJ, coordenada pelo Major FELIZOLA. Foi verificado que o restaurante havia entrado com pedido de laudo de exigência no CBMERJ, porém, estava funcionando com autorização provisória que havia vencido no dia vinte e cinco de dezembro. O Corpo de Bombeiros autou a casa, para cumprimento de exigências como: sinalização, iluminação e escape. A segunda vistoria do dia, foi realizada na casa de show Fundação Progresso, situada na Rua dos Arcos, 24, Centro, Rio de Janeiro, RJ, 20230-060. Ao chegarem no local, foram recebidos pelos representantes e constataram que todos documentos estavam em dia. Em continuidade, não havendo mais vistorias neste dia, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente vistoria, da qual, para constar, eu, André Luiz Coutinho Merlo, matrícula 201.762-2, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 27 de dezembro de 2019. (a) André Luiz Coutinho Merlo - Secretário; (b) Deputado ALEXANDRE KNOPLUCH - Presidente

COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR E ANALISAR O PROBLEMA CRESCENTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E TRAÇAR UMA RADIOGRAFIA ATUALIZADA DA QUESTÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (REQUERIMENTO Nº 91/2019)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas e vinte minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte, na sala número trezentos e onze do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 91/2019, sob a presidência do Senhor Deputado Dannel Librelon, contando com a presença da Senhora Deputada Zeidan, membro efetivo desta Comissão Especial. Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os convidados e explicou que a reunião de hoje terá como objetivo discutir com os representantes das Secretarias de Estado as seguintes questões: 1 - Realização de um censo estadual, a fim de verificar a composição da população em situação de rua, e com isso desenvolver políticas públicas específicas; 2 - Saber quais são as previsões do Governo para o ano de 2020 relativas à população em situação de rua; 3 - Saber se existe previsão de aumento do número de abrigos e melhoria de condições daqueles já existentes; 4 - Com relação a reinserção social, o que o governo propõe para esse grupo no próximo ano; 5 - Se existe algum projeto prevendo a estruturação dos abrigos com a presença de equipes multidisciplinares envolvendo assistentes sociais e psicólogos. Dando continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra para o Coronel Max - Subchefe do 1º Comando de Policiamento de Área da Polícia Militar - que iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e falando sobre a vulnerabilidade da população que mora nas ruas e que acabam causando problemas na segurança objetiva e subjetiva, tanto na incidência quanto na sensação de segurança. Acrescentou, ainda, que esta mesma população necessita ser protegida e muitas vezes, por falta de conhecimento da situação, a ajuda fica comprometida. Finalizou falando sobre a falta de programas que consigam abranger toda esta população e sobre os diversos tipos de pessoas e motivos que a compõem tornando uma solução abrangente a curto prazo bem difícil. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a contribuição e passou a palavra a Dra. Teodora Rufino - Coordenadora de Saúde da População em Situação de Rua da Secretaria Estadual de Saúde - que cumprimentou os presentes e agradeceu o convite. Acrescentou que participou da primeira reunião desta Comissão, informou que o Sr. Secretário de Saúde gostaria de estar presente, mas em função de compromissos inadiáveis, solicitou-lhe que viesse representando-o. Começou seu discurso falando que o fenômeno da população de rua necessita de abordagem eminentemente intersetorial para discussão do assunto. Falou sobre o trabalho que a Secretaria de Saúde vem fazendo desde o final da década de 90 com os Médicos Sem Fronteiras e que, a partir de 2012, o Ministério da Saúde passou a custear equipamentos para atendimentos específicos da saúde para tratamento desta população. Esse atendimento existe em todo o país com aproximadamente 160/170 equipes, no Município do Rio de Janeiro temos 21 equipes em funcionamento, mais duas equipes aguardando a publicação da portaria. Acrescentou, ainda, que acredita que a desigualdade socioeconômica causou grande aumento da população em situação de rua e que em momentos de recessão econômica percebe-se a olhos vistos o aumento desta população. O município trabalha com 7 equipes, mas deveria ter mais do que o dobro. Falando especificamente sobre o censo, acredita que este seja fundamental, pois a falta de um quantitativo atrapalha a realização dos trabalhos. O IBGE alega que não tem ferramenta para fazer este tipo de censo. O Município do Rio de Janeiro vem tentando fazer o censo em parceria com o Instituto Pereira Passos, mas o resto do Estado não tem nenhum projeto para que o censo aconteça. Falou sobre os trabalhos intersetoriais que a Secretaria de Saúde está realizando. Finalizou afirmando que precisamos melhorar a distribuição de renda, pois em países onde essa distribuição é melhor, a população em situação de rua é muito menor ou até inexistente. Dando prosseguimento, a Senhora Jacqueline Pedro do Carmo - Assessora Técnica de Política de População em Situação de Rua da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - agradeceu o convite, cumprimentou os presentes e ressaltou que a Secretária da pasta não pôde comparecer a esta audiência pois está levando suporte técnico aos Municípios do Estado por conta das chuvas que estão acontecendo. Começou sua fala discorrendo sobre os trabalhos que a Secretaria tem feito no atendimento à população de rua. Acrescentou, ainda, que os Centros POP, abrigos ou casas de passagens serão regionalizados, que os Municípios já estão se reunindo e se organizando para saber qual a sua necessidade. Sobre o censo, acrescentou que hoje a Secretaria tem conversado bastante com a UERJ e trabalha com um instrumento chamado RMA, registro de atendimento da população em situação de rua, para se pensar numa política feita dentro dos equipamentos que são os CREAS e os Centros POP. Informou que foram realizadas visitas aos equipamentos com o intuito de se levantar o diagnóstico das necessidades dos Municípios com a questão do aumento da população em situação de rua. Quanto aos usuários que saem das penitenciárias, indicou que tiram a documentação, fazem a inscrição no Cadastro Único e explicou que esta inscrição abre um leque muito grande para o usuário que está vulnerável neste momento. Acrescentou, ainda, que a Secretaria faz visitas funcionais além de já ter feito um primeiro encontro com a Marcha da Cidadania e o Segurança Presente, assessorando e capacitando essa equipe. Na questão dos psicólogos e assistentes sociais, já existe uma equipe multidisciplinar dentro dos abrigos e para finalizar informou que a Secretaria também trabalha na continuidade e permanência dos serviços que já existem dentro da assistência social. Em continuidade, o Doutor Marcelo Marins - Assessor Especial da Secretaria de Estado da Polícia Civil - agradeceu o convite, cumprimentou os presentes e informou que a Polícia Civil tem uma visão de auxílio e que dentro das suas limitações também visam o acolhimento da população de rua, que dentro das delegacias tem se deparado com situações bastante complexas, inclusive envolvendo a questão de usuários e a questão da criminalidade, prestando um serviço indireto e direcionando a população que os procura aos órgãos competentes. Finalizou acrescentando que por ser polícia judiciária, ficam um pouco limitados em relação a ajudar, mas que estão dispostos a contribuir dentro de todas as possibilidades e oportunidades que forem abertas. Em continuidade, o Professor Doutor Egberto Gaspar de Moura - Diretor da Coordenadoria de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento da UERJ - cumprimentou os presentes e informou que a partir de janeiro o Reitor Professor Ricardo Loth determinou que a Universidade tenha um papel mais proativo em termos de se aproximar da sociedade, fazendo isso através dos representantes eleitos. Falou sobre o papel da UERJ em fazer pesquisas, abrir cursos em função das demandas da sociedade, acrescentou que, a partir de dezembro de 2021, 10% da grade curricular será voltada para atividade de extensão, o que vai significar um grande aumento da participação dos estudantes em atividades diretamente relacionadas à população do Estado do Rio de Janeiro. Finalizou acrescentando que a UERJ tem experiência consolidada de trabalho em diferentes áreas com populações vulneráveis e apresentou a Coordenadoria, cujo objetivo é prospectar as demandas que existem dentro do Legislativo, Judiciário e Executivo, procurando que tais demandas sejam feitas dentro da universidade. Caso não possa ser feito, a intenção é trabalhar junto e em rede com as outras instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro e colocou a instituição à disposição da Comissão e Secretarias, pois garantiu que a UERJ fará todo o esforço para que a população possa ser atendida tanto na área de pesquisa, quanto na área de cursos, pós-graduação, aperfeiçoamento, se for o caso, graduação e também na assistência direta a essa população vulnerável e bastante heterogênea. Dando Continuidade, o Senhor Renato Rodrigues - Representante da COM-LURB - agradeceu o convite e falou que o trabalho realizado é muito simples e pontual com ações de apoio e auxílio às Secretarias na parte do controle urbano, fazendo todo ordenamento de posturas municipais da cidade, realizando o apoio no acolhimento dos pertencentes desses moradores. Reforçou que é uma ação muito pontual, mas em relação à limpeza urbana é muito pertinente. Concluiu deixando a COMLURB à disposição para apoiar e participar de todos os projetos